

PLENÁRIO VOLTA A DECIDIR

Aprovado reajuste salarial para 1,4 milhão de servidores

Agricultor poderá renegociar dívidas que chegam a R\$ 75 bi

União aplicará R\$ 1 bi no Fundo da Marinha Mercante

Reduzido o imposto sobre farinha de trigo para o pão

Agência Brasileira de Inteligência terá mais 440 cargos

Numa sessão que terminou perto de 1h de hoje, o Plenário destrancou a pauta ao aprovar cinco MPs. Entre outras matérias, o Senado também autorizou o governo do Amazonas e as prefeituras de Porto Alegre, Manaus, Bagé, Belford Roxo, São Luís e Cachoeirinha a fazerem empréstimos em instituições estrangeiras. **3 e 4**



Gerardo Magela

Jucá (E), em Plenário, anuncia que o governo ainda deverá editar "uma ou duas" medidas provisórias até amanhã, para atender categorias do funcionalismo público

Senado não receberá MPs por 45 dias



Foto de Leopoldo Silva

Governo propõe salário mínimo de R\$ 464,72

O projeto de lei orçamentária da União para 2009, entregue ontem pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, prevê um salário mínimo de R\$ 464,72. **2**

Município novo poderá ser mantido, decide CCJ

Emenda de Plenário acolhida pela Comissão de Justiça preserva os municípios criados a partir de setembro de 1996, que tenham prefeitos e vereadores. **5**

Punição a prefeito que não investir em escola

Projeto aprovado pela Comissão de Educação pune o prefeito que deixar, entre outras obrigações, de oferecer vaga em escola a crianças entre quatro e sete anos. **7**

José Cruz



Magno Malta (C) preside reunião da CPI da Pedofilia: medidas acordadas poderão permitir que a polícia identifique os criminosos por meio dos equipamentos usados

CPI: aumenta cerco a pedófilos na internet

Provedores fecham acordo para acelerar fornecimento de dados que permitam localizar computadores. **6**

Proposta entregue ao Congresso Nacional estima em R\$ 1,58 trilhão as despesas e receitas do próximo ano, incluindo renegociação da dívida pública

Orçamento para 2009 prevê salário mínimo de R\$ 464,72

COM CINCO DIAS de antecedência ao encerramento do prazo constitucional – 31 de agosto –, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, entregou na manhã de ontem ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, a proposta de lei orçamentária para 2009. O salário mínimo previsto na proposta sobe dos atuais R\$ 415 para R\$ 464,72 no próximo ano, seguindo a nova regra de reajuste para o piso nacional, que será corrigido pela inflação projetada em 2008, acrescida da variação do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes, ou seja, 2007.

O governo alterou a expectativa de crescimento da economia para 4,5%, comparado aos 5% deste ano. Paulo Bernardo explicou que isso já é uma decorrência da alta dos juros e da restrição ao crédito, medidas contracionistas adotadas pelo governo. No entanto, o projeto prevê um aumento expressivo no volume de investimentos, tanto nas estatais quanto no orçamento fiscal e da seguridade social. Juntos devem atingir R\$ 119,1 bilhões em 2009, enquanto este ano a previsão é de R\$ 95,8 bilhões.

As estatais vão responder por R\$ 79,7 bilhões do total a ser investido em 2009 – incluindo R\$ 50,1 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O restante, R\$ 39,4 bilhões, virá do orçamento fiscal e



Garibaldi (D), em companhia de Ideli, recebe projeto de Bernardo

da seguridade social – incluindo R\$ 21,24 bilhões do PAC. A Petrobras continua liderando os investimentos, com R\$ 53,7 bilhões em 2009, seguida pela Eletrobrás, com R\$ 7,24 bilhões.

A proposta do Executivo deixa alguns pontos para o Congresso ajustar, embora a margem dos parlamentares para reestimar a receita esteja cada vez mais apertada, como informa a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), vinculada ao Ministério do Planejamento. Uma delas é o impacto da Medida Provisória 432/08, que renegocia cerca de R\$ 75 bilhões da dívida rural. O projeto orçamentário só prevê subsidiar R\$ 800 milhões em 2009 e R\$ 91 milhões no caso das pendências das cooperativas rurais, segundo dados da SOF. Os técnicos da secretaria admitem

que o valor é muito pequeno.

Outra questão é a autorização para previsão orçamentária do Fundo Soberano. O projeto estabelece uma rubrica com apenas R\$ 3 bilhões, embora o governo trabalhe com previsão de R\$ 14,2 bilhões na hipótese de o Congresso aprovar este ano a criação do fundo e R\$ 15,6 bilhões para 2009. Os recursos virão de uma economia extra de 0,5% do PIB, que deverá aumentar o superávit primário (receitas menos despesas sem considerar o pagamento de juros) de 3,8% para 4,3%.

Receitas

O orçamento do próximo ano prevê receitas e despesas totais de R\$ 1,58 trilhão, incluindo o refinanciamento da dívida pública de R\$ 525,5 bilhões. A receita primária, que não contabiliza juros e amortização da dívida pública, alcança R\$ 808,9 bilhões. Os números mostram que as despesas obrigatórias devem crescer 13,1%, taxa superior ao aumento de 12,5% da receita líquida (deduzidas as transferências para estados e municípios).

Pesa sobre esse resultado o aumento de 16,5% nos gastos com pessoal e encargos sociais e de 14,6% nas despesas com benefícios previdenciários e assistenciais. O ministro disse que a ampliação de 76 mil cargos, especialmente nas universidades e escolas técnicas, será feita até 2010, de forma gradativa.

Chega ao Congresso proposta de reforma política do governo

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse que vê com bons olhos o envio ao Congresso de sugestões de mudanças no sistema político pelo governo. As propostas – seis anteprojeto de lei e uma minuta de emenda à Constituição – foram entregues a Garibaldi pelos ministros da Justiça, Tarso Genro, e das Relações Institucionais, José Múcio.

– Vamos ter um debate profundo até que as propos-

tas do governo e aquelas já em tramitação no Congresso se transformem em projetos a serem votados – previu o senador.

Para o líder do Democratas, José Agripino (RN), a iniciativa é “uma peça de marketing”.

– Eles querem esconder o pecado da omissão, uma vez que a proposta aprovada no Senado não foi examinada na Câmara por desinteresse da bancada do governo – criticou.

Nepotismo: para Garibaldi, imprensa espera cumprimento

Garibaldi Alves considera que a imprensa está esperando que o Legislativo tome as medidas para cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal de proibir o nepotismo nos três Poderes.

– A medida mais adequada é cumprir a lei. E não se precisa de muito ritual para cumprir isso – disse Garibaldi.

A respeito de matérias publicadas nos jornais sobre o possível envolvimento do 1º

secretário da Mesa diretora, senador Efraim Morais (DEM-PB), em fraudes nas licitações para contratação de serviços pelo Senado, Garibaldi garantiu que não existe esforço para poupar o parlamentar, e sim para apurar os fatos.

– Nós vamos ter isso [a verdade dos fatos] no relatório que o corregedor Romeu Tuma [PTB-SP] está preparando. E vamos começar a realização de novas licitações – esclareceu.

Executivo alterou para 4,5% no próximo ano a expectativa de crescimento da economia

Garibaldi apóia projeto do microempreendedor

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, anunciou que vai buscar acelerar a tramitação do projeto de lei que cria a figura do microempreendedor. Garibaldi falou à imprensa depois de receber em seu gabinete o ministro da Previdência Social, José Pimentel, que lhe pediu urgência na votação da matéria (PLC 128/08), aprovada no dia 14 pela Câmara com 307 votos a favor e apenas 1 contra.

Segundo o ministro, o senador disse que a primeira providência seria conversar com o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde o projeto será examinado logo depois de sua apreciação pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Garibaldi afirmou que vai tentar pôr a matéria em votação

ainda em setembro.

Pimentel explicou que, com a aprovação do projeto, cerca de 10 milhões de trabalhadores poderão sair da informalidade. São ambulantes, pipoqueiros, manicures, guardas de rua, entre outros. O PLC 128/08 também permite que microempresas se reúnam em sociedades de propósito específico para comprar matérias-primas.

A proposta contempla microempreendedores que ganham até R\$ 36 mil por ano e não têm comprovante de renda próprio. Eles não precisarão de contabilidade e nem terão de emitir nota fiscal. No entanto, para serem incluídos no regime tributário do Simples Nacional, terão de contribuir para o Instituto Nacional do Seguro Social

(INSS) à alíquota de 11% sobre o salário mínimo.

Os microempreendedores da indústria e do comércio ficarão isentos de seis impostos (IRPJ, PIS/Pasep, IPI, Cofins, INSS patronal e ISS), mas pagarão ICMS no valor simbólico de R\$ 1,05. Calcula-se que a contribuição total em tributos será de R\$ 46,70 mensais. Os prestadores de serviço ficarão isentos dos mesmos tributos, exceto do ISS (que será de 2% sobre o salário mínimo), mas não pagarão o INSS. No total, pagarão R\$ 53,95 por mês. Pimentel salientou que a formalização será boa tanto para os trabalhadores, que passarão a usufruir imediatamente dos benefícios previdenciários, quanto para a Previdência, que aumentará a sua arrecadação.

CORREÇÃO

Ao contrário do que publicou o **Jornal do Senado** na edição de ontem, o historiador Carlos Fico, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em debate durante o seminário “Brasil: 1968-2008”, parte do programa do Ano Cultural Artur da Távola, não defendeu a revisão da Lei de Anistia. Ele afirmou que o Supremo Tribunal Federal “fatalmente” irá se pronunciar sobre a abrangência da lei, em relação à inclusão ou não dos crimes de tortura.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão especial homenageia Fórum Social Mundial

Às 11h, sessão especial do Plenário homenageia o Fórum Social Mundial, que será realizado na cidade de Belém, em janeiro de 2009. A sessão, às 14h, é deliberativa, com pauta liberada em razão da votação, na noite de ontem, das medidas provisórias que trancavam a ordem do dia.

Subcomissão do Fórum das Águas organiza atividades

A Subcomissão Temporária para Participar e Acompanhar as Atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), reúne-se às 11h para a organização de seus trabalhos.

Presidente recebe Gilmar Mendes

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe, às 9h, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes; e, às 10h, participa, no Palácio do Planalto, de reunião ampliada do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Garibaldi suspende leitura de medidas provisórias em Plenário por 45 dias

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, comunicou que a Secretaria Geral da Mesa não fará a leitura de qualquer medida provisória (MP) nos próximos 45 dias, à exceção de eventual MP que contenha aumento de salário para categorias do funcionalismo público não contempladas em medidas provisórias em tramitação na Casa.

Garibaldi defendeu ainda uma negociação com a Câmara – nesses 45 dias – para apressar a votação de emenda à Constituição aprovada pelo Senado Federal que regulamenta a edição de MP.

A suspensão da leitura ocorreu em razão de diversos senadores terem manifestado

contrariedade com o que chamaram de uso excessivo desse instrumento pelo Poder Executivo.

Em resposta, Garibaldi explicou que a Constituição não lhe permite devolver “pura e simplesmente” as medidas provisórias ao autor das propostas, conforme sugestão apresentada pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Após o anúncio, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), adiantou que o governo ainda deverá editar “uma ou duas” medidas provisórias até amanhã, como forma de atender a categorias do funcionalismo público que não estão na MP 431/08, que dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral

de Cargos do Poder Executivo.

Impacto

Alvaro Dias observou que a suspensão da leitura das medidas provisórias por 45 dias é uma “decisão inócua que não produzirá impacto e não terá consequência alguma”, tendo em vista a realização das eleições municipais no próximo mês de outubro.

– Os 45 dias vencerão no dia 11 de outubro. As MPs da pauta têm prazo se esgotando em 15 de outubro. Estamos em campanha eleitoral, ao que consta, teremos mais um esforço concentrado para discutirmos tão-somente as MPs na pauta – disse.

Alvaro Dias garantiu ainda,

mencionando dispositivos dos regimentos do Congresso, da Câmara e do Senado, que o presidente da Casa tem “autoridade e competência” para devolver matérias inconstitucionais ao Executivo, o que serviria para restabelecer a credibilidade do Senado.

O senador Tião Viana (PT-AC) discordou de Alvaro Dias citando o artigo 48 do Regimento Interno do Senado, segundo o qual o presidente da Casa pode impugnar as propostas que lhe pareçam contrárias à Constituição, às leis ou ao próprio regimento, mas fica ressalvado ao autor da proposta recurso ao Plenário, que decidirá após audiência da Comissão da Constituição, Justiça

e Cidadania (CCJ).

Por sua vez, o líder do Democratas, senador José Agripino (RN), propôs que a suspensão da leitura das medidas provisórias tivesse início somente após 10 de outubro.

Participaram ainda do debate em torno das MPs os senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Renato Casagrande (PSB-ES), Demostenes Torres (DEM-GO), Cristovam Buarque (PDT-DF), Epitácio Cafeteira (PTB-MA), José Agripino (DEM-RN), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Mário Couto (PSDB-PA), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Ideli Salvatti (PT-SC) e Heráclito Fortes (DEM-PI).

Aprovado reajuste para 1,39 milhão de servidores

Projeto de lei de conversão acolhido pelo Senado, que também reestrutura o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, vai à sanção presidencial

Autorizada a renegociação das dívidas rurais

Depois de um ano de negociações entre líderes rurais e parlamentares, o Plenário aprovou ontem o projeto que autoriza o governo a renegociar cerca de R\$ 75 bilhões de dívidas de 2,8 milhões de agricultores, algumas contraídas nas décadas de 80 e 90.

O Senado manteve todas as mudanças que os deputados haviam feito na medida provisória (MP 432/08), transformada em projeto de lei de conversão (PLV 22/08). A matéria vai à sanção do presidente da República.

O projeto autoriza a renegociação de 32 tipos diferentes de financiamento rural, inclusive os já renegociados. A proposta concede descontos de 5% a 45% sobre o saldo devedor para quem fizer pagamentos antecipados, com juros entre 3% e 12%. São dívidas de pequenos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, médios produtores e “agricultores empresariais”. O governo acredita que deixará de receber cerca de R\$ 9 bilhões da dívida.

– Essa é a mais ampla renegociação de dívidas de agricultores feita até hoje no país – disse o senador Neuto de Conto (PMDB-SC), relator da proposição. Ele informou que, após a sanção do projeto pelo presidente da República, o Conselho Monetário Nacional irá se reunir para aprovar normas a serem expedidas aos bancos que operam pelo governo com crédito rural. Só depois disso é que os agricultores deverão procurar as agências para aderir à renegociação.

Marconi Perillo (PSDB-GO) afirmou que, por vários motivos, os agricultores não tiveram condições de pagar suas dívidas. Gilberto Goellner (DEM-MT) observou que os agricultores contarão com um alongamento de suas dívidas, mas não haverá perdão de dívida.

O PLENÁRIO APROVOU ontem o projeto de lei de conversão (PLV 21/08) da medida provisória (MP 431/08) que trata da reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo e da composição de valores de tabelas de remuneração no âmbito da administração pública federal. A proposição beneficia um total de 1.390.319 servidores ativos, aposentados e pensionistas, dos quais 272.431 são do plano geral e 1.117.888 das demais áreas. A matéria seguiu à sanção presidencial.

O relator, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), emitiu parecer favorável à matéria, na forma como veio da Câmara dos Deputados. Ele explicou que, para não adiar benefícios e correções que ajudarão a dinamizar o serviço público, não aceitou as emendas apresentadas, mas fez a ressalva de que é a favor do enquadramento dos professores das escolas militares, que obtiveram as maiores notas no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (PSDB-AM), fez um apelo ao relator para que acolhesse a Emenda 215, relativa aos professores das escolas militares, uma vez que o enquadramento da categoria não representa aumento de despesa. O senador assinalou que considera



Garibaldi, Mão Santa, Patrícia Saboya e Cristovam Buarque participam da reunião que apreciou várias medidas provisórias

a MP justa e que é favorável ao aumento de salários dos servidores. Na avaliação dele, o governo entende que pode bancar essa despesa e sabe o que está fazendo.

Solução

Por sua vez, o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), reconheceu que o enquadramento dos professores militares e dos ex-territórios é uma questão que precisa ser resolvida. Jucá não prometeu a edição de uma medida provisória, mas o empenho pessoal para, dentro do governo, buscar uma solução.

Os demais servidores beneficiados integram cargos ou carreiras da Cultura; cargos técnico-administrativos em Educação; magistério superior, ensino básico, técnico e tecnológico, incluindo professores de 1º e 2º graus de instituições subordinadas aos ministérios da Educação e da Defesa; Polícia Federal; e Ministério do Desenvolvimento Agrário, compreendendo a carreira de perito federal agrário e de fiscal agropecuário.

Outros cargos beneficiados são da Previdência, da Saúde e do Trabalho; agente de inspeção sanitária e industrial; agente de atividades agropecuárias; técni-

co e auxiliar de laboratório do quadro do Ministério da Agricultura; agentes de combate a endemias da Funasa; policial rodoviário federal; e pessoal do Hospital das Forças Armadas.

A iniciativa também fixa o escalonamento vertical e os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas, altera a Lei 8.745/93, que dispõe sobre contratação por tempo de serviço determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e institui o sistema de avaliação de desempenho dos servidores da administração pública federal, das autarquias e fundações.

Fundo de garantia para a construção naval poderá ser criado

Foi aprovado ontem o projeto de lei de conversão (PLV 20/08) à medida provisória (MP 429/08) que autoriza a União a participar com R\$ 1 bilhão na criação do Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN), destinado a proteger o crédito concedido pelos bancos a estaleiros, com recursos do Fundo da Marinha Mercante.

A proposição foi acolhida com três emendas, apresentadas por senadores da oposição como condição para o acordo que permitiu a apreciação rápida da matéria. A primeira emenda reduz de 45% para 40% o total

do valor financiado garantido pelo FGCN; a segunda retirou a vinculação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) à divulgação de atividades turísticas; e a terceira desonera a importação de fertilizantes da cobrança do Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante.

O texto original, enviado pelo Executivo, permitia à União participar com apenas R\$ 400 milhões. Ao aprovar o projeto no início do mês, os deputados, além de aumentar a participação da União no fundo, ampliaram os tipos de embarcações que poderão ser financiadas,

entre as quais as destinadas ao apoio portuário ou à pesca industrial e ao controle, proteção e segurança da navegação.

Durante a discussão da matéria, Tasso Jereissati (PSDB-CE) criticou o fato de a proteção propiciada pelo FGCN se restringir apenas ao setor naval e não atingir outras áreas produtivas da economia, como, citou o senador, a indústria farmacêutica. Ele considerou também uma “pilhagem” aos recursos dos trabalhadores a aplicação de verbas do FAT em financiamentos destinados à produção ou comercialização de bens para a

exportação.

Respondendo às críticas de Jereissati, Aloizio Mercadante (PT-SP) observou que os recursos do FAT poderão ampliar em até 20% as operações de exportação pré-embarque das empresas brasileiras. As baixas taxas de juro a serem praticadas nos empréstimos para construção de navios se justificam, segundo Mercadante, devido ao fato de o barco ser dado como garantia.

A proposição, devido às modificações feitas pelos senadores, retorna à Câmara dos Deputados para nova análise.

Autorizados empréstimos para o Amazonas e seis prefeituras

Mensagens presidenciais autorizando o governo do Amazonas e as prefeituras de Porto Alegre, Manaus, São Luís, Belford Roxo (RJ), Bagé (RS) e Cachoeirinha (RS) a contratarem empréstimos junto a instituições estrangeiras foram aprovadas ontem pelo Plenário. Os projetos de resolução do Senado seguem agora à promulgação.

O Amazonas poderá contratar empréstimo de US\$ 154 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus. Já a capital amazonense poderá contratar operação de crédito de US\$ 75 milhões junto à Corporação Andina de Fomentos (CAF).

A prefeitura de Porto Alegre

poderá fazer empréstimo de até US\$ 83,27 milhões, com o BID, para financiar o Programa Integrado Socioambiental (Pisa). Para São Luís, o valor é de US\$ 35,64 milhões, junto ao Banco Mundial (Bird), destinado ao Programa de Recuperação Ambiental da Bacia do Bacanga.

Bagé foi autorizada a contratar operação de até US\$ 6,6 milhões, junto ao Bird, destinada ao Programa Bagé, Rainha da Fronteira. Cachoeirinha poderá contratar empréstimo junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) no valor de US\$ 8,91 milhões. Por fim, a prefeitura de Belford Roxo foi autorizada a contrair empréstimo de US\$ 13,2 milhões junto ao BID.

Criados 1.692 cargos em tribunais

O Plenário aprovou a criação de 1.692 cargos em vários tribunais: o PLC 113/08 cria 116 cargos efetivos e 204 funções comissionadas no Superior Tribunal de Justiça (STJ); e o PLC 116/08 institui 136 cargos efetivos e 11 funções comissionadas no Tribunal Superior do Trabalho (TST) da 17ª Região. Nesse mesmo tribunal, o PLC 117/08 cria sete cargos efetivos e quatro comissionados. Já o PLC 118/08 cria 179 comissões no Tribunal de Contas da União (TCU), enquanto o PLC 119/08 institui 1.023 comissões no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região e o PLC 121/08 cria 12 cargos efetivos no TRT da 11ª Região. Os projetos seguem para sanção presidencial.

Ratificados acordos internacionais

O Plenário ratificou na madrugada de hoje dez projetos de decreto legislativo (PDS) sobre acordos internacionais. São eles: PDS 18/07 – tratado em matéria penal, com o Canadá; PDS 89/08 – acordo na área de defesa com a Guiné-Bissau; PDS 91/08 – acordo de comércio entre Mercosul e Índia; PDS 92/08 – cooperação técnica com Botswana; PDS 93/08 – cooperação técnica com a Guiné Equatorial; PDS 95/08 – cooperação técnica com Belize; PDS 96/08 – acordo científico com a Argentina; PDS 97/08 – cooperação policial com a Colômbia; PDS 98/09 – acordo sobre vistos com a Argentina; e PDS 99/09 – acordo de cooperação técnica com a República Dominicana.

Recursos do FGTS para quitar lote

Foi aprovado na madrugada de hoje projeto que permite o uso de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de lote, para uso residencial, com até 250 metros quadrados. O PLC 18/02 foi acolhido na forma de substitutivo de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que relatou a matéria nas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Entre as modificações aceitas por Azeredo, está a inclusão, entre as hipóteses para saque no FGTS, do uso de até 30% do fundo para amortizar parcelas de empréstimos concedidos ao trabalhador pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

Compras das missões no exterior

Projeto que permite dispensar licitações no caso de compra de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das Forças Armadas brasileiras empregados em missões de paz no exterior foi aprovado ontem em Plenário.

A proposta (PLC 123/07), de autoria do Executivo, agora vai à sanção. Segundo o Ministério da Defesa, a medida busca “garantir as melhores condições de segurança para a permanência de uma força militar no exterior e assegurar a sua capacidade operacional no cumprimento das missões em consonância com os compromissos assumidos pelo Brasil para participar de operações de paz conduzidas por organismos internacionais”.

Objetivo de medida provisória, transformada em projeto de lei de conversão, é diminuir custos das empresas de panificação; matéria recebeu emendas e retornará à Câmara

Benefício para trigo deve ajudar a conter inflação

OS SENADORES APROVARAM ontem o projeto de lei de conversão (PLV 23/08) originário da medida provisória (MP 433/08) que, temporariamente, reduz a zero as alíquotas da Cofins e do PIS/Pasep incidentes sobre as matérias-primas usadas na fabricação do pão comum (trigo *in natura*, farinha de trigo e pré-misturas).

De acordo com o texto, modificado pela Câmara dos Deputados, fica estendida, de 31 de dezembro deste ano a 30 de junho de 2009, a vigência da alíquota zero. Na exposição de motivos da MP, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, diz que a iniciativa “ajudará a conter a inflação e a garantir o abastecimento de pão comum na mesa dos brasileiros mais pobres”.

O benefício abrange as operações de importação e de comer-

cialização no mercado interno, sobre as quais incide alíquota de 9,25%. Com a medida, o governo pretende atenuar os custos das empresas de panificação, evitando que as altas dos preços do trigo e do petróleo no mercado internacional sejam repassadas para o pão francês e aumentem a inflação.

Renúncia fiscal

As empresas também não precisarão mais recolher o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante no transporte de trigo *in natura* e de farinha de trigo. Atualmente, a alíquota do adicional varia conforme o tipo de navegação. Segundo o governo, a renúncia fiscal estimada é de R\$ 600 milhões em 2008, e deverá ser compensada por um decreto de execução orçamentária.

Três emendas foram apresen-

tadas pelo relator-revisor no Senado, Cícero Lucena (PSDB-PB). A primeira exclui do benefício a farinha de trigo destinada a biscoitos e massas alimentícias e determina que o produtor, ao destinar a matéria-prima para finalidade diversa, deverá honrar os tributos não pagos, acrescidos de juros e multa de mora.

A segunda prevê a não-incidência, na importação e na venda de querosene de aviação, do PIS/Pasep e da Cofins, quando o combustível for destinado ao transporte aéreo internacional, visando “eliminar os tributos incidentes sobre o combustível para o abastecimento das aeronaves”.

A terceira emenda promove ajuste na forma de tributação do álcool. A matéria retorna à Câmara dos Deputados para apreciação das emendas.



Proposta que favorece panificadoras estende alíquota zero da Cofins e do PIS/Pasep de 31 de dezembro a 30 de junho de 2009

Nova estrutura da Abin vai a sanção presidencial

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 24/08, proveniente da MP 434/08, que trata da estruturação do plano de cargos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), criando as carreiras de oficial de inteligência, oficial técnico de inteligência (240 cargos), agente de inteligência e agente técnico de inteligência (200 cargos), foi aprovado hoje em Plenário. O relator-revisor da matéria no Senado, Romeu Tuma (PTB-SP), enfatizou que o PLV em nada altera as atividades da Abin, que todos os cargos serão preenchidos por meio de concurso público e que as inscri-

ções para o concurso em andamento foram prorrogadas.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), manifestou-se contrário à apreciação da MP, por acreditar que ela contraria os pressupostos constitucionais de urgência e relevância necessários ao envio desse tipo de medida ao Congresso. Mas ressaltou que não pediria verificação de quórum, uma vez que, no mérito, seu partido cumpriria o acordo para a aprovação da medida.

Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou que a votação ocorre em um momento em que as

atividades do órgão são questionadas pela opinião pública. Os senadores Paulo Paim (PT-RS) e José Nery (PSOL-PA) retiraram requerimentos de votação em separado de alguns itens do PLV, com o objetivo de acelerar sua aprovação. José Nery disse que 1.690 servidores da Abin se sentiram prejudicados pelo projeto. O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), comprometeu-se a receber esses servidores na próxima semana para debater as reivindicações. O projeto de lei de conversão segue agora para sanção presidencial.

Paim e Camata debatem sobre Raposa Serra do Sol. STF suspende julgamento

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse ontem, enquanto começava o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da constitucionalidade da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, acreditar que o resultado trará tranquilidade ao relacionamento entre os índios e demais moradores da área.

– Entendo eu, pelas informações que recebi até o momento, que a decisão deverá ser fundamentada na razão, nos

direitos humanos e dos povos indígenas – afirmou.

Gerson Camata (PMDB-ES) observou que o STF está “usurpando uma função” que seria do Senado, em razão do “vácuo” deixado pelo Legislativo. Para ele, se os senadores tivessem aprovado proposição de sua autoria estabelecendo a necessidade de autorização prévia da Casa para a criação de unidades federais de conservação da natureza (PEC 86/03), a discussão sobre a delimitação

da reserva não precisaria ter chegado ao Judiciário. Camata salientou que o Senado representa os estados e que, por isso, tal assunto deveria ser necessariamente debatido pela instituição.

– É impressionante como deixamos esse vácuo legislativo, ficando de fora de uma decisão que deveria ser do Senado – lamentou.

Ao tempo em que os senadores debatiam a questão, o ministro Carlos Ayres Britto, relator do processo no

Supremo, lia parecer em que considera constitucional a demarcação da reserva de forma contínua. Para o ministro, a demarcação em “ilhas”, como defendido pelo estado de Roraima e por produtores de arroz, seria desrespeitar frontalmente a Constituição federal. O julgamento foi suspenso no fim da tarde por pedido de vista do ministro Carlos Alberto Menezes Direito e, na avaliação do presidente do STF, Gilmar Mendes, deve ser retomado até o final do ano.

Aprovado projeto que proíbe discriminação no trabalho

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) que visa evitar a discriminação por raça, ascendência ou origem étnica nas relações de emprego e promover a inclusão de afro-brasileiros no mercado de trabalho, reservando para eles 20% dos cargos em comissão do grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS) da administração pública e 46% das vagas em empresas com mais de 200 empregados. A proposta ainda será examinada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na qual receberá decisão terminativa.

O projeto (PLS 235/08) define como discriminação por raça, cor ou origem qualquer "distinção, exclusão, restrição ou pre-

ferência baseada em raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica que tenha por efeito restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de quaisquer direitos nas relações de trabalho", explícita ou implícita.

Aprovada a proposta de Paulo Paim, os governos federal, estaduais, distrital e municipais seriam responsáveis pela implementação de políticas voltadas para a inclusão de afro-brasileiros no mercado de trabalho e estariam autorizados a promover medidas que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para essa parcela da população. Afro-brasileiros são, pelo projeto, as pessoas que assim se classificam, bem como as que se denominam negros, pretos, pardos ou de categorias análogas.



Reunião da CDH: Flávio Arns, Cristovam Buarque, Romeu Tuma e Mesquita Júnior

Senadores discutirão planos de saúde em audiência

Os planos de saúde serão tema de discussão na Comissão de Direitos Humanos, em conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), por requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS).

Serão convidados para o debate representantes de planos de saúde e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Paim informou que decidiu pedir a reunião porque vem recebendo denúncias sobre a ineficiência de planos de saúde. Segundo o senador, apesar de as pessoas pagarem mensalidades de planos de saúde que chegam a R\$ 700, enfrentam demora para

ser atendidas, hospitalizadas ou mesmo para realizar exames simples. Segundo Flávio Arns (PT-PR), 50 milhões de brasileiros pagam planos de saúde.

A CDH também acatou requerimento de audiência apresentado por Romeu Tuma (PTB-SP) com a finalidade de debater a atuação dos conselhos tutelares com representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), do Ministério Público Federal e de associações representativas de crianças e adolescentes.

A comissão aprovou ainda requerimento de Paim para realização de outra audiência pública na CDH, que discutirá o papel dos teólogos e da Teologia nos movimentos sociais.

Emenda acolhida pela CCJ preserva cidades criadas entre 13/9/96 e 31/12/07, desde que em pleno gozo de autonomia e com prefeitos e vereadores empossados



Marco Maciel (E), ao lado de Cafeteira, preside a reunião da Comissão de Justiça

Município novo pode ser mantido, decide comissão

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem emenda de Plenário que convalida os atos de criação, incorporação, fusão, desmembramento e instalação dos municípios cuja realização haja ocorrido entre 13 de setembro de 1996 e 31 de dezembro de 2007, desde que se encontrem no pleno gozo de autonomia, com prefeitos e vereadores eleitos e empossados.

A emenda, de autoria do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), foi incorporada à proposta de emenda à Constituição que fixa novas regras para criação, incorporação, fusão ou des-

membramento de municípios, e que tem como relator Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Outra emenda de Plenário, de iniciativa de Jayme Campos (DEM-MT), determina que a população mínima para a criação de um município no Centro-Oeste será igual ou superior a 5 mil habitantes, nos mesmos moldes da região Norte, conforme estabelece o projeto.

O substitutivo, que retorna ao exame do Plenário, define ainda que na região Nordeste será exigido o mínimo de 7 mil habitantes para um distrito se tornar município, e de 10 mil nas regiões Sul e Sudeste.

Conversa com advogado deve valer como prova

As informações obtidas por meio de monitoramento de ligações telefônicas entre o investigado, ou acusado, e seu advogado, quando este não estiver no exercício da atividade profissional, poderão ser usadas no processo. A novidade está em substitutivo do senador Demostenes Torres (DEM-GO) a projeto de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

A lei em vigor (Lei 9.296/96)

determina que em nenhuma hipótese essas informações podem ser usadas. Em seu parecer, o relator explicou que essa lei impede que se investiguem muitos advogados que fazem parte da mesma organização criminosa de seus clientes.

– A prerrogativa de os advogados não serem investigados refere-se à atividade profissional e não à atividade criminosa, pela qual devem ser investigados normalmente – argumentou Demostenes Torres.

A proposta também estabele-

TRT no Amazonas deve ganhar mais cargos efetivos

Foi aprovado pela Comissão de Justiça parecer do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) favorável a projeto que cria 24 cargos efetivos no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 11ª Região, com jurisdição sobre o Amazonas e Roraima, com sede em Manaus. O projeto (PLC 121/08), de autoria do Tribunal Superior do Trabalho (TST), vai agora a votação no Plenário.

O presidente do tribunal, ministro Rider Nogueira de Brito, justificando a criação dos novos cargos, lembrou que o TRT da 11ª Região é carente de servidores em todas as áreas.

Voto de pesar pela morte de Olavo Setúbal

A CCJ aprovou por unanimidade voto de pesar pelo falecimento do empresário Olavo Setúbal, ex-ministro das Relações Exteriores e ex-prefeito de São Paulo.

Para o presidente da CCJ, Marco Maciel (DEM-PE), autor do voto, Setúbal foi uma personalidade com grande espírito público. O senador ressaltou que o dirigente do Banco Itaú prestou relevantes serviços ao país. Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Eduardo Suplicy (PT-SP) também homenagearam Olavo Setúbal.

ce que a escuta seja feita somente por prestadora de serviço de comunicação, de forma gratuita e por um prazo não superior a 360 dias, exceto se em caso de crime permanente. A empresa também será obrigada a informar ao juiz o nome do técnico responsável pelo serviço.

Já aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o substitutivo (PLS 525/07) de Demostenes Torres será ainda submetido a nova votação na CCJ.

Comissão debaterá tecnologias para prospeção no pré-sal

Na presidência da reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o senador Gim Argello (PTB-DF) agendou para 10 de setembro audiência sobre novas tecnologias de prospeção de petróleo na camada pré-sal. Já confirmaram presença os ministros de Minas e Energia, Edison Lobão, e da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende.

Também foram convidados, entre outros, o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli; o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Haroldo Lima; o diretor da DZ Negócios com

Energia, David Zylbersztajn; e o secretário de Energia e Assuntos Internacionais do Rio Grande do Norte, Jean-Paul Prates.

O requerimento da audiência é de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Gim Argello, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Wellington Salgado (PMDB-MG).

Gim Argello informou também os nomes dos senadores que comporão o grupo de trabalho criado pela CCT, em conjunto com a Comissão de

Assuntos Sociais (CAS), para debater a ampliação do uso médico da energia nuclear. O grupo, coordenado por Augusto Botelho (PT-RR), será integrado por Flávio Arns (PT-PR), Papaléo Paes (PSDB-AP), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e João Durval (PDT-BA).

A CCT decidiu ainda pelo arquivamento de três projetos de lei, que tramitavam em conjunto, sobre a comercialização de organismos geneticamente modificados: PLS 216/99, de Marina Silva (PT-AC); PLS 271/00, de Antônio Carlos Valadares; e PLS 47/03, do então senador Olivir Gabardo.



Gim Argello (D) preside reunião da CCT que arquivou três projetos sobre organismos geneticamente modificados



Magno Malta (C) preside reunião com Brasil Telecom, Telefônica, GVT, Oi Telemar e NET

Provedores de internet vão acelerar fornecimento de dados de pedófilos

As companhias telefônicas e provedoras de acesso à internet Brasil Telecom, Telefônica, GVT, Oi Telemar e NET assumiram compromisso de participar da elaboração de um termo de ajustamento de conduta (TAC) visando acelerar o fornecimento de dados sobre investigados pela prática da pedofilia. A decisão das empresas foi anunciada ontem durante audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia. O presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES), informou que formalizará junto à direção das companhias pedido de indicação de um representante para compor grupo de trabalho responsável pela elaboração do acordo. A equipe também terá

representantes da Polícia Federal, do Ministério Público e da organização não-governamental Safernet, que já prestam assessoramento à CPI.

– Esse acordo que firmaremos com as empresas telefônicas será um marco no combate à pedofilia e uma referência para outros países – frisou o senador.

Na reunião, Carlos Eduardo Sobral, delegado da Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal, defendeu a urgência da assinatura de um TAC que defina metas e prazos.

– Se não temos o local onde está o computador, não podemos sequer começar a investigação – afirmou ele, referindo-se à importância do fornecimento do chamado endereço IP.

João Tenório propõe mudança na pecuária para aumentar plantio da cana

O presidente da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador João Tenório (PSDB-AL), afirmou que o momento é muito oportuno para discussões sobre os biocombustíveis, visto que os argumentos contrários à produção de etanol no Brasil estão cada vez mais infundados.

– Falta muita informação – disse o senador durante o 9º Seminário Nacional de Biocombustível no Brasil, organizado pelo Instituto Brasileiro de Ação Responsável e pelo Congresso Nacional.

João Tenório manifestou-se contrário à plantação de cana-de-açúcar na

região amazônica, não porque isso provocaria desmatamento, mas porque o produto requer um período de seca para ser colhido, o que não é possível no Norte do país, pelo alto índice de chuvas. Além disso, lembrou, o excesso de água dificulta o amadurecimento da cana. Para aumentar a área de cultivo da cana, o senador sugeriu que os pecuaristas mudem o sistema de criação de gado.

– Criamos um animal por hectare. Seria razoável, com recursos, criar um boi e meio por hectare. Assim, livrariamos 62 milhões de hectares de terra, produzindo a mesma quantidade de gado, e destinando essa terra excedente ao cultivo de cana – defendeu.



João Tenório falou aos participantes do 9º Seminário Nacional de Biocombustível

Benefício será concedido a proprietário que adotar sistemas integrados de produção. Aprovado pela Comissão de Agricultura, projeto vai a Plenário

Recuperação de área degradada pode receber incentivos

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou projeto que permite a concessão de incentivos especiais aos proprietários que adotarem sistemas integrados de produção destinados à recuperação de áreas degradadas ou em fase de degradação. Relatada pelo senador Gilberto Goellner (DEM-MT), a matéria seguirá para exame do Plenário.

A proposta (PLC 78/08) inclui os sistemas integrados de produção, em áreas degradadas, na lista de atividades e ações rurais que terão prioridade na obtenção de apoio financeiro e de assistência técnica. As prioridades são listadas no artigo 103 da Lei 8.171/91, sobre crédito rural.

O projeto especifica três modelos de sistemas integrados de produção – agroflorestais, agropastoris e agrossilvopastoris. No relatório, Gilberto Goellner observa que as regras atuais para recebi-

mento de incentivos só incluem ações de preservação, conservação e recuperação de vegetação nativa, recursos hídricos e solos. Não estão incluídos, ressaltou, os proprietários que se dedicam a sistemas produtivos econômica e ambientalmente sustentáveis em áreas degradadas.

A CRA também aprovou projeto de Arthur Virgílio (PSDB-AM) para incluir, entre as atribuições do fiscal federal agropecuário, do Ministério da Agricultura, a inspeção sanitária do acondicionamento, preservação, processamento, transporte e abastecimento de produtos alimentares. A legislação prevê a fiscalização desses produtos somente depois de embalados. A medida permitirá que engenheiros de alimento possam exercer o cargo de fiscal agropecuário, hoje privativo de agrônomos, veterinários, farmacêuticos e químicos.



Neuto de Conto (E), Osmar Dias, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano e Gilberto Goellner na reunião

Benefícios para pecuária intensiva e produção orgânica

Proposta que prevê estímulos especiais ao desenvolvimento do sistema orgânico de produção agropecuária foi aprovada em turno suplementar na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O texto de Osmar Dias (PDT-PR) também visa incentivar a substituição da pecuária extensiva pelo sistema intensivo de produção. A proposição é resultante da fusão de dois projetos – o PLS 474/07, de João Tenório (PSDB-AL), incluía a pecuária intensiva entre as finalidades do crédito rural; e o PLS 555/07, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a agricultura orgânica. A matéria, já aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi acatada na CRA em decisão terminativa.

Mais dois anos para ratificação de título de terra em fronteira

Projeto que concede mais dois anos de prazo para que os detentores de título de concessão e alienação de terras em faixa de fronteira, outorgado pelos estados, requeiram sua ratificação junto ao Incra foi aprovado, com substitutivo, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A iniciativa é de autoria do então senador Jonas Pinheiro (já falecido).

A CRA aprovou ainda a realização de audiência pública em conjunto com as comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE) para ouvir o chanceler Celso Amorim sobre os desdobramentos da Rodada Doha, bem como as razões do posicionamento brasileiro na reunião.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves • Gerson Camata • Paulo Paim • Cícero Lucena

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Marconi preside sessão da CI que aprovou nome de Cláudio Simão (E)

Indicação para a diretoria da Anac vai ao exame do Plenário

A indicação do engenheiro da reserva da Aeronáutica Cláudio Passos Simão para o cargo de diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) foi acolhida ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Cláudio foi sabatinado antes da aprovação pelos senadores da comissão e recebeu elogios por seu extenso currículo. Jayme Campos (DEM-MT) chegou a afirmar que, se no passado o governo tivesse escolhido "pessoas de tal quilate" para a Anac, o Brasil "talvez não tivesse enfrentado um apagão aéreo".

Em sua exposição, o engenheiro disse que as exigências para vôos no Brasil são até maiores que em muitos países desenvolvidos. Questionado pelo relator da mensagem de indicação, Renato Casagrande (PSB-ES), o engenheiro garantiu que "a Anac de hoje é outra", referindo-se à época

de "apagão" de 2007. Entre outras coisas, frisou, a agência realizou concurso e contratou pessoal para fiscalização.

O engenheiro só não soube responder a uma pergunta do presidente da Comissão de Infra-Estrutura, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), que queria conhecer as razões do pedido de exoneração de Allemander Pereira Filho, a quem Cláudio Simão substituirá na Anac.

O indicado já ocupou postos no Centro Técnico Aeroespacial e, desde abril de 2006, é gerente-geral de Certificação de Produtos Aeronáuticos da própria Anac.

No geral, senadores questionaram dificuldades de comunicação de aeronaves com torres de controle na Amazônia e no Centro-Oeste. E reclamaram da precariedade dos aeroportos e dos atrasos que as torres de controle vêm impondo aos vôos.



Heráclito (D, ao lado de Eduardo Azeredo): não podemos desistir

Rodada Doha poderá ser retomada, diz embaixador

As negociações da Rodada Doha – da Organização Mundial do Comércio (OMC) –, que chegaram a um impasse em julho, poderão ser retomadas em setembro, em Genebra. A previsão foi feita ontem pelo embaixador Roberto Carvalho de Azevêdo, secretário-geral para Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores, pouco antes de uma visita ao presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), senador Heráclito Fortes (DEM-PI).

– Este será o primeiro encontro dos altos representantes depois do impasse ocorrido em julho. O tempo de duração dessa reunião vai depender das perspectivas das negociações – frisou Azevêdo, para quem a conclusão da Rodada Doha pode ficar para o ano que vem.

O principal ponto pendente nas negociações, lembrou o embaixador, foi o estabele-

cimento de salvaguardas especiais na área de agricultura para países em desenvolvimento. A falta de um acordo, advertiu, poderá abrir espaço para cada vez mais protecionismo dos países ricos.

Desde a interrupção das discussões, observou Azevêdo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, têm dialogado com diversos líderes mundiais em busca de saída para o impasse. Da mesma forma, relatou, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, já visitou países como a Índia e os Estados Unidos, igualmente na tentativa de retomar as negociações.

Na opinião do presidente da CRE, a Rodada Doha deve ser considerada uma "pauta prioritária" para o Brasil.

– Não devemos esperar facilidades nas negociações, mas não podemos desistir – disse Heráclito.

Projeto acrescenta artigo à LRF para impedir de disputar cargo eletivo chefe do Executivo municipal que não oferecer vagas para crianças entre quatro e sete anos

Prefeito displicente com a educação pode ser punido

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei complementar do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que pune os prefeitos que descumprirem os deveres de natureza educacional. Entre as penalidades, está a proibição de disputar cargos eletivos na eleição subsequente.

O projeto (PLS 540/07) determina que estará sujeito a punição o chefe do Executivo municipal que, entre outras faltas, deixar de oferecer vagas nas escolas a todas as crianças com idade entre quatro e sete anos e

permitir que menores em idade escolar estejam nas ruas, em horário de aula, desacompanhados dos pais ou responsáveis.

As autoridades que respondem pela oferta dos serviços de educação também serão punidas por deixar de assegurar às escolas as condições mínimas de higiene e as que garantem o bom aprendizado. Outra falha a ser punida é o não cumprimento dos compromissos com professores, inclusive pagamento de salários e oferta de programas de formação profissional.

A proposição acrescenta o artigo 72-A à Lei de Responsabi-

lidade Fiscal (Lei Complementar 101/00). Na opinião do senador, se existe uma norma legal que pune com rigor prefeitos, governadores e o presidente da República por má gestão das finanças públicas, é necessário que o país tenha um dispositivo que também penalize quem deixar de zelar pela educação das crianças.

O relator, Pedro Simon (PMDB-RS), que não pôde comparecer à reunião, foi substituído por Marisa Serrano (PSDB-MS). A proposta será agora votada em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.



Comissão de Educação, em reunião presidida por Cristovam (E), acolhe criação de escolas técnicas em Goiás

ProUni também para instituições públicas pagas

Em decisão terminativa, a Comissão de Educação aprovou ontem projeto do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) que permite a inclusão, no Programa Universidade para Todos (ProUni), de instituições públicas estaduais e municipais não-gratuitas.

"Sem o amparo do ProUni, dificulta-se, de maneira injustificada, o acesso de estudantes carentes a essas instituições de ensino, que, assim como

os estabelecimentos privados, funcionam com base na cobrança de encargos educacionais", justificou Marconi.

Outro projeto (PLS 454/07) acatado pela comissão, também de Marconi Perillo, autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal em Luziânia (GO).

Foi aprovada proposição do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) para autorizar o Poder Executivo a criar a Escola

Técnica de Santo Antônio do Descoberto, igualmente em Goiás.

A CE acolheu ainda requerimento de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e de Marisa Serrano (PSDB-MS) para a realização de audiência pública com o objetivo de discutir o desempenho dos atletas brasileiros nas Olimpíadas de Pequim. A parlamentar afirmou que o debate visa preparar os brasileiros para as futuras Olimpíadas.

Comissão propõe regras para uso de animais em laboratórios científicos

O projeto de lei que regulamenta o uso de animais em experiências científicas foi acolhido ontem pela Comissão de Educação. A proposta, apresentada em 1995 pelo então deputado Sérgio Arouca, foi relatada pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

O projeto (PLC 93/08) institui o Conselho Nacional de Experimentação Animal (Concea), ao qual atribui a normatização do uso humanitário de animais para ensino e pesquisa científicos, assim como o credenciamento de instituições para criação e uso desses animais. O conselho terá ainda a atribuição de monitorar e avaliar a introdução de técnicas alternativas que substituam o uso de animais.

A meta é evitar ao máximo o sofrimento do animal, que só poderá passar por intervenções recomendadas nos protocolos dos experimentos que constituem a pesquisa ou programa de aprendizado. Os animais usados em estudo ainda deverão receber cuidados especiais antes, durante e após o experimento, entre eles a proibição do uso de bloqueadores neuromusculares ou de relaxantes musculares em substituição a substâncias sedativas, analgésicas ou anestésicas. O projeto segue agora para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática antes de ir ao Plenário do Senado.

Aprovada em turno suplementar eleição para diretor de escola

Foi acolhido ontem pela Comissão de Educação, em decisão terminativa, substitutivo de Fátima Cleide (PT-RO) a projeto de lei (PLS 344/07) de Ideli Salvatti (PT-SC) que determina a realização de eleições diretas para os diretores das escolas públicas de educação básica de todo o país. Emenda do senador Romeu Tuma (PTB-SP) excluiu da eleição direta os diretores aprovados em concursos específicos para a função.

Conforme a proposta, aprovada em turno suplementar, os diretores terão mandato de até dois anos, com direito a uma reeleição. Ainda de acordo com o texto, a escolha será entre profissionais de educação, com participação da comunidade escolar constituída por professores, funcionários, estudantes e seus responsáveis. Os candidatos deverão receber, antes da eleição, cursos de capacitação em gestão educacional.

Por unanimidade, a Comissão de Educação acatou também projeto da senadora Serys Shessarenko (PT-MT) para inscrever o nome de Ana Maria de Jesus Ribeiro, conhecida como Anita Garibaldi, no Livro dos Heróis da Pátria.

Senadores manifestam pesar pela morte de Olavo Setúbal

Senadores manifestaram pesar pelo falecimento ontem, em São Paulo, do empresário Olavo Setúbal (foto), aos 85 anos. O senador Marco Maciel (DEM-PE) apresentou requerimento de voto de pesar, subscrito por 26 integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e pelos senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Mão Santa (PMDB-PI), Paulo Paim (PT-RS), Papaléo Paes (PSDB-AP), Gilberto Goellner (DEM-MT), Alvaro Dias (PSDB-PR), José Nery (PSOL-PA) e Jefferson Praia (PDT-AM), que assinaram

o documento em Plenário.

Maciel ressaltou que Setúbal participou ativamente da transição do autoritarismo para o estado democrático de direito no Brasil. E assinalou que o empresário foi um dos subscritores do pacto constitutivo da Aliança Democrática, que reuniu políticos de vários partidos em torno da eleição indireta de Tancredo Neves para a Presidência da República, em 1985.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, disse acreditar que a morte estava sendo lamentada por todos os

parlamentares. O senador lembrou que o empresário nasceu em São Paulo e “construiu uma carreira brilhante” também como político.

O senador José Sarney (PMDB-AP) salientou a atuação de Setúbal como empresário, político e, especialmente, amigo. E destacou o trabalho feito por ele, durante o seu governo, no Ministério das Relações Exteriores, quando construiu as bases para a criação do Mercosul, a partir dos primeiros acordos internacionais entre Brasil e Argentina.



APRE

Serys comemora decisão do STF que proíbe o nepotismo

Contratação de parentes no serviço público sempre foi considerada imoral, e mesmo assim praticada impunemente por governantes e autoridades, afirma senadora

A DECISÃO DO Supremo Tribunal Federal que proíbe o nepotismo nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário foi comemorada por Serys Slhessarenko (PT-MT).

– A Súmula 13 já foi publicada e vai colocar fim em uma prática que sempre foi considerada imoral, mas cometida impunemente por governantes e autoridades no país – disse.

A senadora afirmou que, agora, cabe à sociedade fiscalizar o cumprimento da norma, lembrando que as infrações podem ser denunciadas ao próprio Supremo ou ao Ministério Público.

Serys citou sua “batalha pelo fim do nepotismo” em seus



Sociedade deve denunciar as infrações, diz Serys

dores, prefeitos, ministros e secretários de Estado, entre outros ocupantes de cargos públicos, a desligar os parentes contratados, no que chamou de “grande faxina moralizadora em todas as esferas de poder do país”.

Ela acrescentou que a súmula do Supremo proíbe também o nepotismo cruzado, quando um político emprega familiares de outro para descaracterizar a prática.

Serys sugeriu a união dos três Poderes em um “esforço comum para construir um Brasil de dignidade”, para honrar e defender os interesses do povo brasileiro.

mandatos como deputada, quando teve proposição com esse objetivo derrotada.

A senadora ressaltou que a decisão é de cumprimento imediato e obrigará os governa-

60 dias – disse.

Na justificativa do projeto, o senador lembra que as normas atuais permitem a importação de remédios independentemente de autorização da autoridade sanitária, por pessoas físicas e serviços de saúde, de uma lista da Anvisa, desde que em caráter excepcional e em pequenas quantidades. No entanto, afirma, o fato de a relação estar frequentemente desatualizada pela elevada dinâmica do processo de lançamento de novos remédios, a forma de atendimento da Anvisa tem se mostrado insuficiente diante do crescimento da demanda.

Em aparte, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) manifestou apoio ao pronunciamento de Alvaro Dias.



Alvaro Dias lembra dificuldade na compra de remédio para doenças raras

relevância da matéria.

– É de conhecimento público que há muita dificuldade para importar medicamentos órfãos. Se a Anvisa não registrou o medicamento, o trâmite para importá-lo é longo, entre 45 e

Papaléo cobra a votação de relatório sobre Santa Casa



Santa Casa de Belém/Wikipédia

Papaléo Paes (PSDB-AP) pediu em Plenário que a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, e o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, telefonem para a assessoria do PT no Senado e peçam a votação do relatório, por ele elaborado, sobre a visita da comissão externa que esteve na Santa Casa de Misericórdia do Pará.

O relatório deveria ter sido examinado na manhã de ontem pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, mas faltou quórum. O senador protestou especificamente contra a atuação de uma assessora do PT,



Leopoldo Silva

Parecer sobre unidade hospitalar em Belém foi elaborado por Papaléo

cujo nome não revelou, que, segundo ele, trabalha contra a votação da matéria. Papaléo afirmou que tomou todos os cuidados para que o relatório não contivesse nenhuma conotação político-partidária.

Projeto facilita compra de medicamento órfão

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou projeto de lei que autoriza empresas farmacêuticas a importar, estocar e comercializar medicamentos órfãos não disponíveis no mercado brasileiro. Esses remédios são usados no tratamento ou diagnóstico de doenças raras. Pelo número pequeno de pacientes a que irão atender, a indústria farmacêutica não tem interesse em produzi-los.

Lembrando as dificuldades para importar, por exemplo, remédios oncológicos de última geração, ainda não disponíveis no país, Alvaro Dias fez apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que transforme sua proposição em medida provisória, dado o caráter inquestionável, segundo ele, de urgência e

Novas regras para estágio esperam sanção presidencial

O senador Osmar Dias (PDT-PR) destacou três novidades do projeto de sua autoria que regulamenta o estágio profissional: a concessão de 30 dias de férias, o vale-transporte aos estudantes e o registro do estágio na carteira de trabalho sem que isso implique vínculo empregatício.

O parlamentar paranaense destacou que a proposta também inova ao definir um limite de seis horas por dia para o estagiário de nível superior, e de três horas para os de nível médio. Os senadores Romeu Tuma (PTB-SP), Jefferson Praia (PDT-AM), Patrícia Saboya (PDT-CE), José Sarney (PMDB-AP) e



Gerônimo Magela

Osmar Dias: estagiário agora pode ter férias e registro na carteira

Mão Santa (PMDB-PI) reconheceram a importância do projeto, que aguarda agora a sanção presidencial.

Goellner quer mudança nas leis ambientais



Foto de Gerônimo Magela

Gilberto Goellner (DEM-MT) disse que é preciso revisar a legislação ambiental brasileira de forma a garantir a preservação do meio ambiente e também a produção agropecuária em bases sustentáveis.

– Entendemos que não se pode parar de produzir em áreas cultivadas há décadas, sem justificativas técnicas ou risco ecológico provado, sob o mero pretexto de se cumprirem dispositivos legais que estão totalmente dissociados da realidade brasileira – afirmou Goellner.

Gilvam destaca papel de rádio em arquipélago

Gilvam Borges (PMDB-AP) comemorou em Plenário a aprovação, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), do projeto de decreto legislativo (PDS 191/08) que autoriza o funcionamento da Associação da Rádio Comunitária Liberta Bailique FM, no arquipélago de mesmo nome, no Amapá.

O senador disse que a emissora deverá viabilizar a prestação de um serviço de comunicação pública “primoroso”, possibilitando a integração das oito ilhas e 48 comunidades ali existentes.



Foto de Gerônimo Magela